

XVII Encontro do Consepre

6 a 8 de outubro de 2025 – Salvador-Bahia

Expediente - TJBA Mesa Diretora do TJBA Presidente - Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende 1º Vice-Presidente - Desembargador João Bôsco de Oliveira Seixas 2º Vice-Presidente - Desembargador José Alfredo Cerqueira da Silva Corregedor-Geral da Justiça - Desembargador Roberto Maynard Frank Corregedora das Comarcas do Interior - Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro Ouvidor Judicial - Desembargador Lidivaldo Reaiche Raimundo Brito Ouvidor Judicial Substituto - Desembargador Baltazar Miranda Saraiva Comissão Deliberativa do TJBA para organização do XVII Encontro do CONSEPRE Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes, Juiz Auxiliar da Presidência I – Magistrados, na qualidade de Presidente luíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho, Juíza Auxiliar da Presidência II - Assuntos Institucionais Maria Paula Dias Carvalho Blumetti Brito, Chefe de Gabinete da Presidência Viviane da Anunciação Souza Oliveira, Secretária-Geral da Presidência Fernanda Pinto Dantas Braga, Secretaria de Administração Ricardo Neri Franco, Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização Larissa Torquatto de Oliveira Souza, Secretária de Planejamento e Orçamento Ten. Cel. Fábio Rodrigo, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional Moisés Bisesti de Queiroz, Assessor de Comunicação Cristiano Miranda Barreto, Assessor de Cerimonial Silvana Costa Oliveira Tourinho, Assessora Técnica-Administrativa da Presidência Neilto dos Santos Barreto Filho, Assessor da Presidência Assessoria de Comunicação Social do TIBA Moisés Bisesti - Assessor de Comunicação Cristina Hireche - Assessora de Comunicação Adjunta Adriano Biset Ana Flávia Ledo Antônio Carlos Rocha Bianca Rocha de Magalhães Caio Amaral da Cruz Carla Daiane Sousa Santana Carlos Eduardo Ferreira Cláudio Silva Procópio Danile Rebouças Gabriela de Araújo Dantas Herbem Gramacho Ribeiro dos Santos Ismar Barbosa Nascimento Júnior Kamila Santos Souza Luiz Henrique Santos Rocha Paulo Roberto Almeida Barreto Júnior Marcus Vinícius Queiroz de Oliveira Mateus de Santana Carvalho Rayane Araujo Freitas Rodrigo Silva de Santana Surânia Franco Lima Sales Amanda Cristina Passos da Silva (estagiária) Lizy Maria Lima Teixeira (estagiária) Maria Victória de Medeiros Lopes (estagiária) **Revista XVII Encontro do Consepre** Edição Débora Diniz e Cristina Hireche Projeto Gráfico e Diagramação Claudete Quaresma Textos e Imagens do XVII Consepre e do TJBA Assessoria de Comunicação Social do TJBA

SUMÁRIO

CARTA DO PRESIDENTE Compromisso com a Justiça e a Democracia	05
APRESENTAÇÃO O Consepre em Salvador	05 07
PALAVRA DA VICE-PRESIDENTE DE CULTURA DO CONSEPRE Judiciário do Futuro: Sustentabilidade, Inclusão e Transformação Digital	09
DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO XVII Encontro do Consepre no TJBA discute o futuro da Justiça Estadual	10
ABERTURA Presidente do TJBA destaca inclusão e sustentabilidade no XVII Encontro do Consepre	12
REFLEXÕES Barroso abre o XVII Consepre com foco em transformação social e ambiental	14
ENCONTROS TÉCNICOS TJBA sedia reunião do Comitê de Comunicação da Justiça Estadual	16
POLÍTICAS PÚBLICAS Painéis destacam o papel social do Judiciário	18
INOVAÇÃO Segundo dia do XVII Consepre destaca sustentabilidade e palestra de Flávio Dino	20
ENCERRAMENTO XVII Consepre termina as atividades com troca de experiências e fortalecimento institucional	22
HISTÓRIA Sede do XVII Encontro do Consepre é a 1ª capital do país e possui o tribunal mais antigo das Américas	24
ATRAÇÕES CULTURAIS As baianas de acarajé	30



CONSEPRE

CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

GESTÃO 2025



Presidente

Desembargador

Raduan Miguel Filho

Tribunal de Justiça de Rondônia - TJRO



Vice-presidente de Relacionamentos Institucionais Desembargador Alberto Delgado Neto Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS



Vice-presidente de Cultura

Desembargadora

Cynthia Maria Pina Resende

Tribunal de Justiça da Bahia - TJBA

Vice-presidente de



Inovação e Tecnologia

Desembargador

Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior

Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TIMG

INTEGRANTES DO CONSEPRE

TJAC - Desembargador Laudivon Nogueira

TJAL - Desembargador Fabio Bittencourt

TJAP - Desembargador Jayme Henrique Ferreira

TJAM - Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes

TJBA - Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende

TJCE - Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto

TJDFT - Desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior

TJES - Desembargador Samuel Meira Brasil Jr.

TJGO - Desembargador Leandro Crispim

TJMA - Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho

TJMT - Desembargador José Zuquim Nogueira

TJMS - Desembargador Dorival Renato Pavan

TJMG - Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

TJPA - Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

TJPB - Desembargador Frederico Martinho de Nóbrega Coutinho

TIPR - Desembargadora Lidia Maejima

TJPE - Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto

TJPI - Desembargador Aderson Antônio Brito Nogueira

TJRJ - Desembargador Ricardo Couto de Castro

TJRN - Desembargador Ibanez Monteiro

TJRS - Desembargador Alberto Delgado Neto

TJRO - Desembargador Raduan Miguel Filho

TJRR - Desembargador Leonardo Cupello

TJSC - Desembargador Francisco Oliveira Neto

TJSP - Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia

TJSE - Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

TJTO - Desembargadora Maysa Vendramini Rosal

Compromisso com a Justiça e a Democracia



Assumir a Presidência do Consepre em um momento de tanta vitalidade e propósito para o Poder Judiciário é, ao mesmo tempo, uma honra e uma grande responsabilidade. O XVII Encontro do Conselho, realizado na histórica Salvador, não apenas reafirmou a força da Justiça Estadual, mas também nos inspirou a seguir trilhando um caminho de unidade, diálogo e compromisso com o cidadão brasileiro.

Foram dias de intensos debates e trocas de experiências que reforçaram a relevância do papel social dos Tribunais de Justiça. Ao reunirmos presidentes de todos os estados, conselheiros do CNJ, ministros do Supremo Tribunal Federal e representantes de diversos setores da Justiça, reafirmamos que o Judiciário é, e deve continuar sendo, o guardião dos direitos, da democracia e da paz social.

O tema central do encontro — Judiciário do Futuro: Sustentabilidade, Inclusão e Transformação Digital — reflete a consciência de que o acesso à Justiça passa, hoje, por um novo paradigma: o da inovação responsável, da sustentabilidade como valor permanente e da inclusão em todas as suas dimensões. A tecnologia deve servir à humanidade, e não o contrário; por isso, precisamos garantir que cada avanço digital seja acompanhado de sensibilidade social, ética e empatia.

Assumo esta Presidência com o compromisso de dar continuidade às conquistas construídas sob lideranças que honraram o colegiado e fortaleceram o diálogo entre os Tribunais. A força do Consepre está na união. Somos múltiplos em realidades, mas convergimos em um mesmo propósito: assegurar que a Justiça Estadual continue sendo o primeiro e mais próximo porto de abrigo para o cidadão em busca de seus direitos.

Defender o Judiciário é, acima de tudo, defender a democracia. É garantir que nossas instituições permaneçam sólidas, independentes e fiéis à missão constitucional de promover a Justiça com humanidade, eficiência e transparência.

Agradeço à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia pela acolhida e pela exemplar organização deste encontro memorável, que ficará registrado como um marco de integração e aprendizado. Deixo a todos os presidentes e colegas magistrados o convite para que sigamos firmes — de forma colaborativa e solidária — na construção de um Judiciário cada vez mais próximo das pessoas e atento às transformações do nosso tempo.

Desembargador Raduan Miguel Filho

Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil – CONSEPRE

O Consepre em Salvador

Revista do XVII Encontro do Consepre reúne momentos, reflexões e conquistas do Iudiciário Estadual



A edição especial da **Revista do Consepre** dedicada ao XVII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil registra, em detalhes, um dos momentos mais marcantes da história recente da Justiça Estadual. Realizado entre os dias 6 e 8 de outubro de 2025, em Salvador, o evento reuniu os presidentes de todos os Tribunais de Justiça do país, ministros do Supremo Tribunal Federal, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e representantes de diversas instituições, em um grande encontro de ideias, integração e compromisso com o futuro do Judiciário brasileiro.

Com o tema "Judiciário do Futuro: Sustentabilidade, Inclusão e Transformação Digital", o encontro sediado pelo Tribunal de Justiça da Bahia marcou a estreia do estado como anfitrião do colegiado, destacando-se pela amplitude dos debates e pela densidade das reflexões. Sustentabilidade, inovação tecnológica, responsabilidade social e a defesa da democracia foram os fios condutores das discussões que atravessaram três dias de programação intensa.

A cobertura desta edição acompanha cada um desses momentos: a abertura solene, marcada pela conferência magna do ministro Luís Roberto Barroso,

homenageado pelo Consepre por sua atuação à frente do STF e do CNJ; os painéis temáticos, que discutiram o papel social do Judiciário, a gestão de crises e o fortalecimento da comunicação institucional; e as palestras de destaque, como a do ministro Flávio Dino, que abordou os desafios éticos e democráticos trazidos pela era digital.

O leitor encontrará, ainda, o registro da reunião do Comitê de Comunicação da Justiça Estadual, que avançou na consolidação da Política de Comunicação dos Tribunais de Justiça; a Carta de Salvador, documento final que sintetiza as principais conclusões do encontro; e matérias especiais que retratam a cultura, a história e a simbologia da Bahia — berço do primeiro tribunal das Américas e cenário de um evento que reafirmou a força e a unidade da Justiça Estadual.

Mais do que uma publicação de memória institucional, esta revista é um testemunho do compromisso coletivo dos tribunais com a construção de um Judiciário mais sustentável, acessível e humano, alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

Assessoria de Comunicação do Consepre

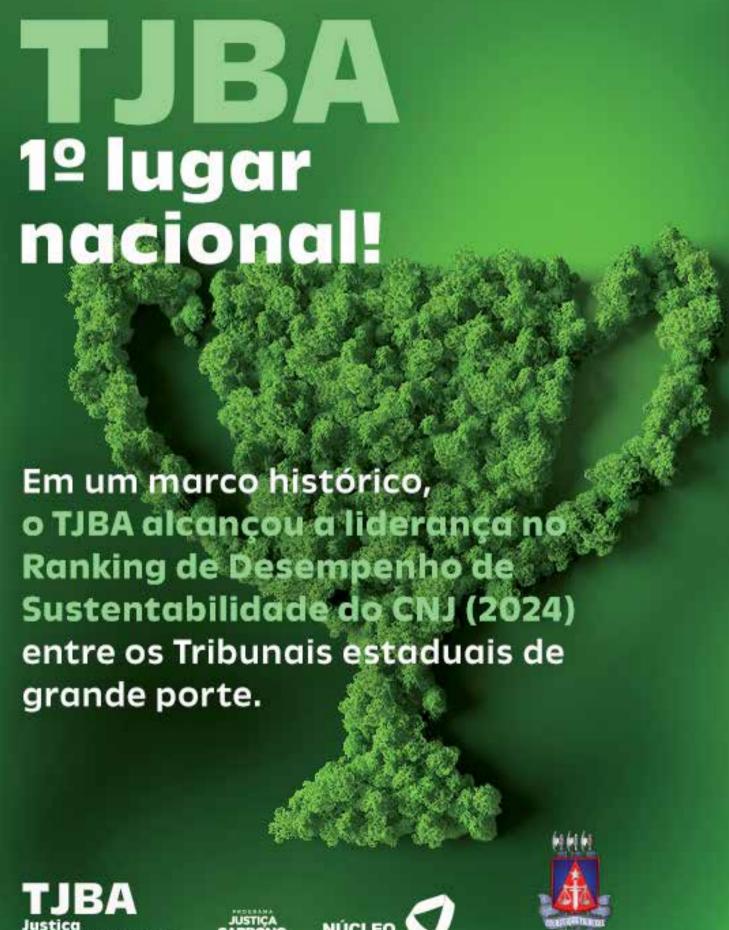












Judiciário do Futuro: Sustentabilidade, Inclusão e **Transformação Digital**

A cidade de Salvador tem uma magia que opera transformações em todos que aqui chegam. Desde a sua fundação como primeira capital do Brasil em 1549, este lugar tem sido vetor de grandes mudanças, misturando culturas e superando desafios com sabedoria.

O nosso Tribunal, honrado pela militância advocatícia de Ruy Barbosa, segue esse caminho do pioneirismo. O primeiro Tribunal das Américas completou 416 anos de existência, com participação marcante em momentos cruciais da história brasileira, incluindo o movimento de independência.

Cabe ao Judiciário a nobre atribuição de garantir aos cidadãos brasileiros a efetiva entrega do direito à Justiça. Esse dever inegociável exige, diante da dimensão continental do país, um esforço para estruturar um Poder Judiciário complexo e qualificado. O acesso à justiça nunca foi tão necessário, sobretudo diante da integralização dos direitos constitucionalmente assegurados.

E o Poder Judiciário precisa estar forte, unido e, cada vez, mais atento, não permitindo que investidas antidemocráticas sejam capazes de enfraquecer as nossas instituições judiciais em quaisquer instâncias e esferas, sobretudo nos órgãos de cúpula e seus integrantes. Uma vez estremecido este pilar último, veremos ruir o nosso Estado tão duramente conquistado em um processo que começou desde Caramuru, passando pelos que tanto lutaram pela independência, pela Proclamação da República, pela reabertura das eleições diretas, até a promulgação da nossa Constituição de 1988.



A justiça comum estadual recebe as principais questões a serem pacificadas pelo estado-juiz, representando 68% da força de trabalho do Judiciário, segundo o Relatório Justiça em Números 2024. Cabe a nós, gestores, criar soluções entendendo que o direito ao acesso à justiça alcança, hoje, uma dimensão ampliada e multiportas.

Pensar no cidadão jurisdicionado como elemento central da modelagem desta estrutura é o caminho mais acertado para enfrentar os desafios atuais. A sustentabilidade e a inovação são chaves para implementação dessa visão do Judiciário do futuro, que tem como grande desafio a inclusão, seja tecnológica (superando vieses algorítmicos, baixa literacia digital e garantindo autonomia aos idosos), seja socioeconômica.

O Tribunal de Justiça da Bahia tem trabalhado de modo assertivo e alinhado com a Política Nacional estabelecida pelo CNJ, alcançando o 1º Lugar entre os Tribunais de grande porte no Índice de Desempenho de Sustentabilidade. Junto ao movimento POP RUA JUD, essa conquista nos desperta para a importância da gestão colaborativa das questões de alto impacto social e multigeracional, engajando a sociedade civil e os Poderes Públicos.

Agradeço a todos a participação neste XVII CONSEPRE que, certamente, foi inesquecível, transformador e mágico.

Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende

Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia Vice-Presidente de Cultura do CONSEPRE

A Bahia recebeu, entre os dias 6 e 8 de outubro, o XVII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre). Em sua primeira edição no território baiano, o evento buscou fortalecer a atuação de todos os Tribunais no Brasil e tem como tema central "Judiciário do Futuro: "Sustentabilidade, Inclusão e Transformação Digital".

"É um prazer e uma honra receber nossos colegas magistrados aqui na Bahia para a XVII edição do Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. O Consepre é um órgão de grande importância, com muito prestígio, e constitui um caminho

seguro para a melhoria contínua do Poder Judiciário. Juntos, de forma integrada e unida, estamos trabalhando para aprimorar os serviços prestados ao cidadão",

destacou a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Cynthia Maria Pina Resende, que também exerce o cargo de vice-presidente de Cultura do Consepre.

A temática da edição do evento convergiu para o compromisso com a sustentabilidade, a inovação tecnológica e a preservação ambiental — diretrizes da gestão da presidente do Judiciário baiano. Nesse sentido, o TJBA também integra o Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024, que estabelece a meta de neutralidade de carbono no Poder Judiciário até 2030.



Presidente do TJBA destaca inclusão e sustentabilidade no XVII Encontro do Consepre

Cerimônia reúne autoridades do Judiciário e destaca os desafios do futuro

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, destacou a importância da inclusão e da sustentabilidade no Judiciário e o papel da Justiça na garantia dos direitos constitucionais ao cidadão, durante o discurso de abertura do XVII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre).

"A sustentabilidade e a inovação são a chave para implementação dessa nova visão do Poder Judiciário do futuro que tem como grande desafio a inclusão. Inclusão tecnológica, inclusão das pessoas idosas, inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, certamente, se apresentam como questões a serem enfrentadas pelo Poder Judiciário", afirmou a magistrada.

A cerimônia aconteceu segunda-feira, 6 de outubro, no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador. O evento, que reuniu os presidentes de todos os Tribunais de Justiça do Brasil, seguiu até quarta-feira (8) na capital baiana, que o recebeu pela primeira vez.

"Convido-os sobre a luz do sol que brilha nesta primeira capital do Brasil, cidade que convive com as alegrias, as belezas e desafios próprios da sua história e do seu tempo, mas que se orgulha de ter a maior população negra fora do continente africano, a discutir principalmente o papel da sustentabilidade, da inclusão e da transformação do poder judiciário do futuro. Como sabemos, cabe ao Judiciário a nobre atribuição de garantir ao cidadão brasileiro a entrega efetiva do seu direito à justiça em sua função pura, isonômica e equânime", disse a desembargadora Cynthia Resende.

A presidente do TJBA salientou, também, a importância da Justiça Estadual para o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro. "Pensar no jurisdicionado como elemento central da modelagem dessa estrutura pode ser o caminho mais acertado para enfrentar os principais desafios", afirmou.

"Ressalto que é sobre a Justiça comum estadual que são direcionadas as principais questões a serem pacificadas pelo estado juiz. Representamos 68% da força de trabalho do Judiciário, segundo dados oficiais do Relatório Justiça em Números de 2024. As demandas de saúde, relações de consumo e litigâncias com os entes estaduais e municipais sob os mais variados matizes e espectros desaguam nos Tribunais Estaduais, que precisam estar prontos para enfrentar e solucionar, com eficiência e efetividade, demandando o manejo de



forças produtivas de estruturas físicas, tecnológica e de pessoal e que se submetem às limitações financeiras, orçamentárias e humanas", pontuou.

Neste sentido, a desembargadora apontou a atuação do TJBA para aproximar o cidadão baiano da Justiça, com ações de "alto impacto social e multigeracional".

"Inserido, dentre as diretrizes desta gestão do Tribunal de Justiça da Bahia, o compromisso com a sustentabilidade, inovação e inclusão, esta Corte tem trabalhado de modo muito assertivo e alinhado com a Política Nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, alcançando o primeiro lugar entre os Tribunais

de grande porte, no Índice de Desempenho de Sustentabilidade do CNJ. Motivo de grande orgulho, sobretudo de construções de muitas pontes institucionais", destacou.

A vice-presidente de Cultura do Consepre encerrou o seu discurso expressando a felicidade e a expectativa de que essa edição do Encontro, que teve como temática "Judiciário do Futuro: Sustentabilidade, Inclusão e Transformação Digital", colha bons frutos para o avanço da Justiça.



Acesse as fotos 1º dia do evento



Barroso abre o XVII Consepre com foco em transformação social e ambiental

Ministro e lideranças do Judiciário debatem papel social e inovação

Sob a imponência do Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador, o XVII Encontro do Consepre teve sua abertura marcada pela conferência magna do Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, sobre "O Poder Judiciário como Agente de Transformação Social e Ambiental".

"O Judiciário não pode viver isolado da sociedade. Eu gosto de dizer que o Judiciário não pode ser subordinado à opinião pública porque nós temos deveres com a Constituição, com a legislação, e tomamos decisões que, eventualmente, podem não ser as mais populares. Mas isso não quer dizer que não devamos estar sintonizados e sermos permeáveis ao que a sociedade pensa e deseja. Há um equilíbrio importante aqui e penso que sustentabilidade, inovação e inclusão são temas de preocupação da sociedade e, portanto, do Judiciário", afirmou o Ministro Barroso.

Ainda durante a solenidade de abertura, o Ministro Luís Roberto Barroso foi homenageado com a Medalha de Reconhecimento do Consepre por seus méritos na Presidência do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Também foram homenageados com a Medalha de Reconhecimento do Consepre a Desembargadora Nélia Caminha Jorge (TJAM) e os Desembargadores João Benedito da Silva (TJPB) e Luiz Fernando Tomasi Keppen (TJPR), ex-presidentes do colegiado. Já o Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e o Prefeito de Salvador, Bruno Reis, foram agraciados com a Medalha do Mérito Judiciário do Estado da Bahia, honraria concedida pelo TJBA a personalidades por seus relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário.

CORAGEM E RECONSTRUÇÃO

O ministro também foi presenteado com o livro "Coragem e Reconstrução – O legado de Luís Roberto Barroso à frente do STF e do CNJ", que reúne os principais programas, projetos e decisões da sua gestão, encerrada em setembro deste ano. Ao receber a homenagem, o magistrado afirmou: "Eu recebo essa homenagem, com evidentemente muito prazer, uma pitada só de vaidade, mas sobretudo com humildade."

A publicação destaca iniciativas como o Pacto Nacional pela Linguagem Simples, ações voltadas à inclusão social e ambiental, avanços na modernização



tecnológica do Judiciário e medidas para aumentar a eficiência na tramitação de processos. O livro também relembra a atuação institucional do STF e do CNJ após os ataques de 8 de janeiro de 2023, período que exigiu reconstrução simbólica e reforço do diálogo entre os poderes.

Organizada em nove capítulos temáticos: "Democracia Inabalável", "Justiça para Todos", "Linguagem Simples e Acesso à Justiça", "Justiça

pelo Clima", "Inovação e Justiça", "Valorização e Aperfeiçoamento da Magistratura", "Eficiência Judicial" e "Julgamentos Relevantes", a obra apresenta um panorama claro dos avanços alcançados ao longo do biênio 2023–2025.



Assista à solenidade de abertura







Prefeito de Salvador, Bruno Reis, é homenageado com a Medalha do Mérito ludiciário do TIBA

TJBA sedia reunião do Comitê de Comunicação da Justiça Estadual

Encontro reuniu representantes de todo o país para alinhar estratégias e fortalecer a integração institucional

Em sintonia com o XVII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), realizado em Salvador, o Comitê de Comunicação da Justiça Estadual promoveu reunião na sede do AxéLab, laboratório de inovação do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).

O encontro, em formato híbrido, reuniu representantes das assessorias de comunicação de diversos Tribunais de Justiça do país, fortalecendo o trabalho colaborativo que vem sendo construído a cada edição do Consepre. A iniciativa reforçou o compromisso coletivo com uma comunicação pública mais integrada, estratégica e próxima da sociedade.

Ponto central da pauta, a Política de Comunicação dos Tribunais de Justiça Estaduais foi debatida à luz das diretrizes da Política de Comunicação Social do Poder Judiciário, recentemente editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A condução dos trabalhos ficou a cargo de Débora Diniz, Assessora de Comunicação do Consepre, e Luciano Augusto, Secretário de Comunicação do Tribunal de Justiça de Goiás — ambos integrantes do grupo responsável pela elaboração do documento nacional que orienta as práticas comunicacionais do sistema de Justiça.















Painéis debatem papel social do Judiciário

Debates reforçam compromisso do Judiciário com políticas sociais e comunicação inclusiva

O papel social do Judiciário e a comunicação mais próxima da sociedade foram os temas debatidos, na manhã de terça-feira, 7 de outubro, no segundo dia do XVII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre).

"Nós entendemos que o Poder Judiciário não deve ficar, somente, preocupado com processos, com números, mas também com a sociedade, com os problemas que a sociedade moderna tem. E nós precisamos dar respostas rápidas e concretas, também, para a solução desses problemas", afirmou a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), desembargadora

Cynthia Maria Pina Resende, que exerce o cargo de vice-presidente de Cultura do Consepre.

Durante a reunião administrativa, que abriu os trabalhos do turno matutino, o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), desembargador Francisco Oliveira Neto, passou o cargo de presidente do Consepre para o desembargador Raduan Miguel Filho, chefe do Judiciário de Rondônia.

"Eu quero dizer da minha honra, do meu orgulho de estar hoje, assumindo a Presidência. Não assumo com novas diretrizes, com novos caminhos. Assumo com a continuidade do que vem sendo feito. Quando o time está ganhando, ninguém mexe nele", celebrou o desembargador Raduan.

Na ocasião, o presidente do TJPE, Desembargador Ricardo Paes Barreto, entregou um diploma à presidente Cynthia Resende por suas contribuições ao Judiciário. O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Guilherme Caputo Bastos, apresentou o primeiro painel trazendo projetos do Conselho para garantir a melhoria e qualidade dos serviços desenvolvidos pelo Judiciário.

"O ministro Edson Fachin reiterou, na primeira reunião realizada com os conselheiros do CNJ, que vamos apoiar e voltar nossos olhares para as políticas judiciárias. O Conselho Nacional de Justiça é muito mais o conselho que constrói políticas judiciárias", afirmou.

O painel "Balanço e Perspectivas de Atuação do Conselho Nacional de Justiça – Projetos Sociais e os impactos transformadores – Pop Rua Jud" chamou atenção para a necessidade da Justiça na garantia dos direitos à população em situação de rua no Brasil.

"É importante que haja uma convergência de todos os Tribunais de forma a ter uma atuação articulada para que essas pessoas tenham, efetivamente, um reconhecimento dos seus direitos e possam exercer a cidadania. Eu acredito que com ação em rede do Poder Judiciário, de todos os ramos da justiça, com o Poder Executivo e com as demais sucessões do sistema de justiça, a gente conseguirá fazer a diferença e estancar essa grave chaga no nosso país", pontuou o conselheiro Pablo Coutinho.

No painel sobre "Gestão de Crise", a conselheira do CNJ Daiane Nogueira de Lira salientou que o fortalecimento da comunicação do Judiciário passa pela pluralidade e um olhar atento ao cidadão.

"Em cada ato de comunicação nosso como Justiça, nós temos que pensar no nosso destinatário. Em quem, afinal de contas, a gente realiza a Justiça para cada cidadão. Então, é nisso que nós temos que pensar em termos de comunicação social. É algo que é fundamental", ressaltou a conselheira.





Reunião simboliza a união dos Tribunais de Justiça a favor de uma conduta mais próxima da sociedade



INOVAÇÃO

Segundo dia do XVII Consepre destaca sustentabilidade e palestra de Flávio Dino

Mlnistro discute os impactos das novas tecnologias e o papel do Judiciário diante da transformação digital

O encerramento do segundo dia de trabalhos no XVII Encontro Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) contou com uma palestra do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. Na programação da tarde do segundo dia, a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, fez uma apresentação, a qual

destacou o compromisso do Judiciário baiano com a sustentabilidade.

Durante a sua exposição, o ministro Flávio Dino salientou o papel do Judiciário no enfrentamento dos desafios oriundos do advento das novas tecnologias. Nós vivemos uma era em que a noção de vale tudo, num certo sentido de lei da selva, se generaliza. Isso é o ethos, emanado, muito fortemente, a partir da tecnologia, que penetra nos poros da sociedade com muita intensidade e penetra no jogo institucional. Isso faz com que o Judiciário seja parte fundamental do modo como a sociedade se desenvolve, pois somos guardiões dos trilhos, das regras do jogo, dos procedimentos e dos valores substanciais plasmados na Constituição", afirmou o ministro.

A desembargadora Cynthia Resende apresentou aos demais presidentes o trabalho desenvolvido pelo TJBA no campo da sustentabilidade. A Corte baiana, que integra o Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024, conquistou o 1º lugar entre os Tribunais de Grande Porte no Ranking Nacional de Sustentabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Esse resultado significa não somente meros números, mas que estamos construindo uma justiça que atua no presente sem comprometer o futuro. Uma justiça que, quando distribui a equidade entre as pessoas, também promove equilíbrio para o planeta. A política de sustentabilidade é a inclusão de sustentabilidade social, ambiental e de engajamento para garantir um Judiciário alinhado e preparado para a plena efetividade e integridade", destacou a desembargadora Cynthia Resende.

A desembargadora aproveitou o momento para agradecer à presidente do Núcleo Socioambiental do TJBA, desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, por sua atuação no campo da sustentabilidade. O desembargador do TJBA Raimundo Nonato, membro do Núcleo, também prestigiou o Consepre.



ENCERRAMENTO

XVII Consepre termina as atividades com troca de experiências e fortalecimento institucional

Autoridades do Judiciário discutem caminhos para um sistema de justiça mais moderno e eficiente

Um momento de consolidação de importantes reflexões para o Judiciário e com experiências e conexões que ficarão marcadas na memória. Com essas palavras, a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, encerrou o XVII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), quarta-feira, 8 de outubro, em Salvador.

O evento reuniu, durante três dias, os presidentes do Judiciário estadual de todo o país, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e especialistas para discutir o fortalecimento da Justiça. Com o tema "Judiciário do Futuro: "Sustentabilidade, Inclusão e Transformação Digital", o Encontro destacou o papel social dos tribunais, o compromisso das cortes com o meio ambiente e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

"Muitas ideias foram debatidas, muitas sugestões foram feitas nas áreas da sustentabilidade e inovação. O mais importante de tudo é a troca de experiências entre os presidentes. Nós sempre trocamos informações a respeito do que estamos fazendo nos nossos tribunais e isso é importante, pois nos leva a adotar boas práticas. Hoje nós encerramos com muito sucesso", afirmou a presidente Cynthia Resende.

O último dia de atividades do encontro contou com um painel sobre o uso da tecnologia no Judiciário, que teve como palestrantes Luiz Paulo Pinho, cofundador do JusBrasil, e Ademir Picolli, fundador e diretor do J.Ex. Em seguida, os presidentes e juízes auxiliares dos Tribunais de Justiça realizaram uma reunião final antes da apresentação da Carta de Salvador, documento que reúne as conclusões resultantes dos três dias de Consepre.

"Nós fazemos um balanço positivo do Consepre. Tivemos palestras muito proveitosas e a reunião entre os juízes auxiliares dos Tribunais de Justiça foi muito produtiva", destacou o juiz assessor especial da Presidência I do TJBA, Gustavo Teles, que presidiu a reunião dos magistrados assessores.

A assessora especial da Presidência II do Judiciário baiano, Juíza Rita Ramos, salientou que o Consepre foi um espaço de pautas importantes para "toda a comunidade jurídica e, principalmente, para o atendimento dos nossos jurisdicionados".

O presidente do TJRO, desembargador Raduan Miguel Filho, que assume o comando do Conselho, sucedendo o Desembargador Francisco Oliveira Neto (TJSC), pontuou que essa edição, a primeira sediada na Bahia, fortaleceu a integração entre a Justiça Estadual.

"Um orgulho muito grande estar na Bahia, ser recepcionado pelo Tribunal de Justiça da Bahia e pela presidente Cynthia, pela simpatia do povo baiano. Isso fez com que o nosso Consepre fosse mais valorizado, com todos os presidentes dos Tribunais de Justiça participando dos três dias do evento e a Bahia teve grande influência nisso", ressaltou o desembargador Raduan Miguel Filho.

A XVIII edição do Consepre será sediada em Belo Horizonte, de 12 a 14 de novembro.



Acesse a galeria de fotos do 3º dia do evento.

Acesse a Carta de Salvador





XVII ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

CARTA DE SALVADOR

O Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE), reunido em Salvador - BA, ao fim do XVII Encontro do Conselho, realizado nos dias 06, 07 e 08 de outubro de 2025, divulga, para conhecimento público, suas conclusões aprovadas por unanimidade.





Você sabia que o primeiro Tribunal das Américas foi instalado em Salvador?

Denominada de Tribunal da Relação do Estado do Brasil, a primeira sede da Corte foi instalada no dia 7 de março de 1609. Ela se situava na atual Praça Municipal, onde se localiza o Palácio do Governo. Até 1751, o Judiciário brasileiro se concentrava na Bahia.

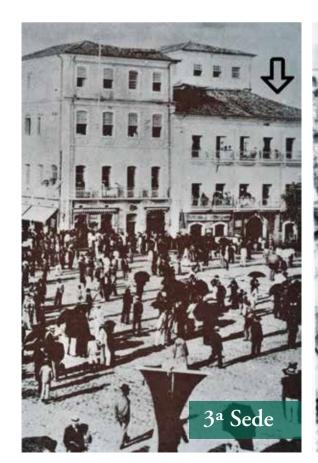
1ª Sede Palácio do Governo 1609-1626

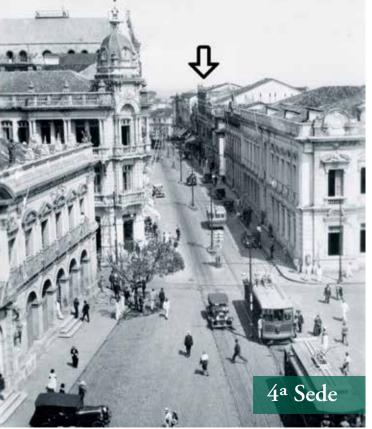




Naquele ano, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi criado. Assim, o Tribunal da Relação do Estado do Brasil passou a ser chamado de Tribunal da Relação da Bahia. Com a Constituição de 1946, a Corte, localizada na cidade de Salvador, adquiriu o nome de Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

De lá para cá, diversas foram as moradas do TJBA. Depois do Palácio do Governo (1609-1626), a Corte do Judiciário baiano ganhou sede própria. Foi transferida para onde se localiza, atualmente, a parte superior do Elevador Lacerda (1653-1870). Em seguida, a sede passou pela Ladeira da Praça do Palácio (1870-1880), atual Ladeira da Revolta dos Malês; pela Rua Direita do Palácio (1880-1904), hoje chamada de Rua Chile; pela Praça da Piedade (1904-1930); e pelo Terreiro de Jesus (1930-1949). Por fim, chegou até o Fórum Ruy Barbosa (1949-2000).









O Fórum, cujo nome consiste em uma homenagem ao importante Jurista baiano falecido em 1923, foi construído para sediar o Tribunal de Justiça da Bahia. O local centralizou os serviços da Justiça no estado.

Desde março de 2000, o Tribunal de Justiça da Bahia funciona no Centro Administrativo da Bahia (CAB), próximo das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo. A partir daquele ano, o Fórum Ruy Barbosa, por sua vez, passou a sediar varas e outras unidades da Comarca de Salvador.

Desde março de 2000, o Tribunal de Justiça da Bahia funciona no Centro Administrativo da Bahia (CAB), próximo das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo. A partir daquele ano, o Fórum Ruy Barbosa, por sua vez, passou a sediar varas e outras unidades da Comarca de Salvador.







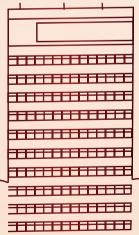
Yellemni de Justiça do Estado da Bahia

Sede atual



XVIII CONSEPRE

ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL BELO HORIZONTE | 12 a 14 de NOVEMBRO 2025



Beagá te recebe de braços abertos!



